



Claudio Vaz

Ao lado de Eliseu Resende (D), Mercadante sugere acompanhar a política monetária

Mercadante propõe fundo mundial contra aquecimento

A criação de um fundo mundial para proteger o meio ambiente foi proposta ontem por Aloizio Mercadante. Com taxa de 1% do valor das importações dos países, na avaliação do senador, seria possível reunir US\$ 100 bilhões anuais, que se destinariam à promoção do desenvolvimento sustentável e ao combate do efeito estufa.

Outro projeto de Mercadante, que obriga o Banco Central a prestar contas ao Senado sobre a política monetária, foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo senador. A proposta vai ao Plenário. **Páginas 3 e 5**

Uma pausa na política: no dia em que o Senado discutiu assuntos como o apagão aéreo e o atentado a estudantes africanos na Universidade de Brasília, as candidatas ao concurso Miss Brasil estiveram na Casa e foram recebidas pelo presidente, senador Renan Calheiros.



Gerakly Magalhães

Comissão debate crise aérea com governo

Ministro da Defesa, comandante da Aeronáutica e presidentes da Infraero, da Anac e do sindicato dos controladores serão convidados para audiência

A crise do setor aéreo brasileiro será discutida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que aprovou requerimento de Heráclito Fortes para realização de audiência. Deverão ser convidados o ministro da Defesa, Waldir Pires; o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Juniti Saito; e os presidentes da Infraero, tenente-brigadeiro José Carlos

Pereira; da Agência Nacional de Aviação Civil, Milton Zuanazzi; e do sindicato dos controladores, Jorge Botelho. A condução da crise pelo governo recebeu em Plenário duras críticas da oposição, mas foi defendida por Marcelo Crivella. O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que é preciso garantir os direitos dos usuários do transporte aéreo. **Páginas 4 e 5**



Rosewell Brito

Paim (E), reitor da UnB e deputada Janete Rocha acompanham os estudantes

Ministro sugere infovia ligando escolas do país

Em debate na Comissão de Educação, o ministro Fernando Haddad defendeu a construção de uma infovia – rede de informação de alta velocidade que ligaria entidades, como escolas, de todo o país.

Página 8

Senado presta solidariedade a estudantes africanos da UnB

Os africanos vítimas de atentado na Casa do Estudante da Universidade de Brasília receberam solidariedade e desagravo em audiência promovida ontem pela Comissão de Direitos Humanos. Os senadores Paulo Paim, Geraldo Mesquita Júnior e César Borges, além de representantes de vários órgãos, pediram desculpas em nome de todos os brasileiros. Paim defendeu uma punição exemplar para quem cometeu o atentado. Os estudantes disseram que não estão tomando vagas de brasileiros, pois há somente 400 estrangeiros entre os 25 mil alunos da UnB, e eles ocupam apenas 20 dos 386 alojamentos. **Página 2**



Em audiência pública, senadores e outros representantes do poder público pedem desculpas, em nome dos brasileiros, a estrangeiros que tiveram alojamentos incendiados

Comissão presta solidariedade a estudantes africanos da UnB

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promoveu ontem audiência pública especial em solidariedade e desagravo aos estudantes de países africanos vítimas de atentado na Casa do Estudante Universitário (CEU) da Universidade de Brasília (UnB).

Os senadores Paulo Paim (PT-RS) – presidente da CDH –, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e César Borges (DEM-BA), além de representantes de vários órgãos – como os ministérios das Relações Exteriores, da Justiça e da Educação; as secretarias especiais de Direitos Humanos e da Integração Racial; a Polícia Federal; e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil –, pediram desculpas pelo crime aos estudantes em nome de todos os brasileiros.



Na CDH: Kassoum Dieme (Senegal), Janete Rocha, Paim e Nivaldo Gomes (Guiné-Bissau)

Cinco dos dez estudantes africanos que fazem intercâmbio estudantil e cultural no Brasil e sofreram o atentado compareceram à audiência. Eles argumentaram que nenhum estrangeiro está roubando vagas de brasileiros, pois há cerca de 400 estrangeiros entre os 25 mil estudantes da UnB, e apenas 20 alojamentos dos 386 da CEU são destinados aos intercambistas. Eles sugeriram que a universidade

promova atividades para a integração entre os alunos brasileiros e estrangeiros.

Paim defendeu uma punição exemplar para quem cometeu o atentado. A deputada Janete Rocha Pietá (PT-SP) pediu a apuração completa do crime. O reitor da UnB, Timothy Mulholland, disse que o crime é “uma aberração, um fato absolutamente inaceitável para uma universidade”.

Investigações estão sendo acompanhadas pelo MEC

O ministro da Educação, Fernando Haddad, afirmou que está em contato com a reitoria da UnB para saber se houve desvio de conduta e apurar as devidas responsabilidades pelo incêndio no dormitório dos estudantes estrangeiros negros na última semana.

– É um caso que já seria grave em qualquer circunstância, mas é mais grave ainda por se tratar de uma universidade – afirmou Haddad, que esteve ontem no Senado para participar de audiência na Comissão de Educação.

Na audiência de desagravo realizada na Comissão de Direitos Humanos, Haddad foi representado pelo assessor internacional do MEC, Alexandre Prestes Silveira.

Para Renan, atentado foi “inaceitável e inconcebível”

Durante a sessão plenária do Senado, o presidente Renan Calheiros, falando em nome de todos os senadores e do povo brasileiro, também pediu desculpas aos estudantes africanos da UnB que tiveram seus apartamentos incendiados na Casa do Estudante Universitário.

Os estudantes estiveram no Plenário da Casa acompanhados de Paulo Paim e do reitor da UnB, após o término da audiência pública de desagravo realizada na Comissão de Direitos Humanos.

Renan classificou o atentado como “inaceitável e absolutamente inconcebível”. Na ocasião, Paim, Eduardo Suplicy (PT-SP), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) também manifestaram solidariedade aos estudantes.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

MPs trancam a pauta do Plenário

A pauta da sessão plenária de hoje, às 14h, continua trancada por cinco medidas provisórias (MPs) e dois projetos de lei de conversão (PLVs). A primeira MP a ser analisada

concede crédito extraordinário, no valor de R\$ 506,5 milhões, em favor dos ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades.

Audiência com o ministro das Comunicações

Às 8h45, a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) reúne-se para audiência em que o ministro das Comunicações, Hélio Costa, deve apresentar as diretrizes e os programas prioritários da pasta.



CDH analisa denúncia sobre medicamentos

A partir das 15h, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) analisa denúncia contra o Ministério da Saúde relativa à distribuição de medicamentos a doentes crônicos. Entre os convidados para o debate estão o diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e In-

sumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Manoel Roberto da Cruz Santos; o subprocurador da República Carlos Henrique Martins Lima; e o presidente da Associação Brasileira de Assistência à Mucoviscidose (fibrose cística), Sérgio Henrique Sampaio.

Biocombustíveis

Em reunião marcada para as 11h, a Comissão de Reforma Agrária (CRA) deve votar, além de seis projetos, dois requerimentos de debate sobre o programa de biocombustíveis do governo, para o qual seriam convidados os ministros de Minas e Energia, Silas Rondeau, e da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende.



Comissão Mista de Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se às 14h30. Entre os itens da pauta, requerimento de realização de audiência para discutir a constitucionalidade das medidas provisórias de créditos extraordinários.

Presidente do Equador

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebe hoje o presidente do Equador, Rafael Correa, em solenidade marcada para as 10h30.

Ipiranga

As comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos (CDH) debatem, às 10h, a compra do grupo Ipiranga pelo consórcio Petrobras, grupo Ultra e Braskem.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazilio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed- Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Antônio Carlos Valadares, Renato Casagrande, Flexa Ribeiro e Cícero Lucena e pela senadora Marisa Serrano

Proposta de Mercadante busca aperfeiçoar o processo de acompanhamento, avaliação e fiscalização do regime de metas de inflação pelo Legislativo

Venda do grupo Ipiranga também será debatida na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem dois requerimentos para realização de audiências com o objetivo de tratar da venda das Empresas Petróleo Ipiranga ao consórcio formado pela Petrobras, pelo grupo Ultra e pela Braskem.

Com assinatura dos senadores do Rio Grande do Sul – Paulo Paim (PT), Pedro Simon (PMDB) e Sérgio Zambiasi (PTB) –, um dos requerimentos destina-se ao exame da repercussão da operação sobre o emprego de trabalhadores no pólo petroquímico gaúcho.

A segunda proposição, de Tasso Jereissati (PSDB-CE), tem por finalidade avaliar as repercussões da compra sobre o mercado de combustíveis, especialmente os setores de refino e distribuição. Serão convidados o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, e o gerente da BR Distribuidora, Pedro Caldas Pereira.

Na mesma reunião, o presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP), informou que já determinou a reconstituição de processo, que encontrava-se extraviado, referente à liquidação do Banco de Rondônia (Beron). Por requerimento de Expedito Júnior (PR-RO), a matéria voltará a tramitar na CAE.

Mercadante anuncia composição de três subcomissões

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Aloizio Mercadante (PT-SP), anunciou a composição da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais e das subcomissões temporárias de Regulamentação dos Marcos Regulatórios e de Reforma Tributária. A primeira contará com nove titulares e nove suplentes, e cada uma das temporárias – que irão funcionar por seis meses – terá sete titulares e sete suplentes.

A data de instalação das subcomissões ainda está em aberto. A Subcomissão de Regulamentação dos Marcos Regulatórios deverá ser presidida por Delcídio Amaral (PT-MS) e a de Reforma Tributária, pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Cícero Lucena (PSDB-PB) ficará à frente da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais.



Mercadante (E) preside reunião da CAE que aprovou projeto exigindo o comparecimento trimestral do presidente do BC à comissão

Banco Central poderá prestar contas de política monetária

O presidente do Banco Central poderá ter de comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) quatro vezes ao ano para prestar contas do desempenho da política monetária. É o que estabelece emenda de Edison Lobão (DEM-MA) a projeto de resolução de Aloizio Mercadante (PT-SP), aprovado ontem na comissão.

Lobão concordou com Mercadante sobre a necessidade de o Legislativo aperfeiçoar o processo de acompanhamento, avaliação e fiscalização da política monetária nacional. Em vez de simplesmente aprovar a programação monetária realizada pelo BC, o Senado passaria a debater trimestralmente com o presidente

da instituição – após a divulgação do relatório de inflação pela autoridade monetária – o regime de metas de inflação, indicador que norteia as decisões do Comitê de Política Monetária (Copom) sobre a variação da taxa de juros básica da economia (Taxa Selic). Mercadante justificou a proposta (PRS 11/07) argumentando que não faria sentido o Senado continuar acompanhando a evolução da oferta de moeda enquanto o Banco Central define a taxa de juros com base na inflação projetada.

Ao mesmo tempo em que declarou apoio à proposta de Mercadante, Arthur Virgílio (PSDB-AM) comentou ter reapresentado

projeto de lei fixando a autonomia do Banco Central, o que, na opinião do senador, poderia causar um impacto na Taxa Selic, provocando sua redução em até dois pontos percentuais.

Apesar de também elogiar a iniciativa, Valter Pereira (PMDB-MS) considerou necessário os ministros do Planejamento e do Desenvolvimento prestarem contas ao Senado da repercussão da política monetária sobre as atividades de suas pastas. A sugestão não foi acolhida no parecer de Lobão, mas contou com sua simpatia.

Os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Cícero Lucena (PSDB-PB) viram a aprovação do PRS 11/07 como um avanço.

Aprovada redução de tributo na exploração de minérios

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) acolheu ontem voto favorável do relator, Osmar Dias (PDT-PR), a projeto que reduz a incidência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) sobre a exploração de minérios destinados à construção civil, de 2% para 0,6%, e de rochas calcárias utilizadas na correção do solo em atividades agrícolas, de 2% para 0,2%.

A proposta (PLC 64/05) também altera a distribuição das receitas do Fundo CT-Mineral – vinculado a projetos de ciência e tecnologia na área mineral –, com a redução do percentual destinado aos estados, de 23% para 20%. O texto aprovado, no entanto, incorporou emenda de Romero Jucá (PMDB-RR), para restabelecer a distribuição originalmente prevista em lei, sem prejuízo para os estados. A Cfem é regulamentada pela Lei 8.001/90, em que estão definidas alíquotas e percentuais de repartição das receitas. O projeto segue agora para exame na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). O restabelecimento das alíquotas originais, na CAE, decorreu de acordo. Para Eduardo Azeredo (PSDB-MG), os estados – ao lado dos municípios – são os que sofrem os impactos das atividades minerais e não poderiam ser prejudicados.

Comissão analisa PPP para exploração de pedágio

Foi acolhido ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) parecer do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ao Ofício S2/07, relativo a contrato de parceria público-privada (PPP) entre o governo de Pernambuco e a construtora Norberto Odebrecht S.A. para exploração de pedágio na ponte de acesso e no sistema viário do Destino de Turismo e Lazer Praia do Paiva.

Conforme o parecer, a proposta de parceria atende ao desenvolvimento do turismo no litoral de Pernambuco. As informações repassadas pelo governo estadual indicariam que as despesas de caráter continuado com a contratação não ultrapassariam o limite fixado na Lei das PPPs (Lei 11.079/04), que é de 1% da receita corrente líquida do estado. Cumpridos esses requisitos, o colegiado acolheu voto pelo arquivamento da matéria.

Na ocasião, foi adiada a votação do projeto de lei (PLS 280/04) que estabelece isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de motocicletas para transporte de passageiros (mototáxi). O adiamento ocorreu por pedido de vista do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), realizado logo após a leitura do parecer favorável do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Audiência discutirá uso de recursos do FAT por cooperativa

O exame de projeto que autoriza o acesso direto dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) na concessão de crédito rural foi adiado pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Os senadores atenderam a requerimento do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), para que a votação seja feita após audiência com a finalidade de avaliar medidas para reduzir riscos decorrentes da aplicação dos recursos pelas cooperativas de crédito.

Para debater o projeto (PLS 320/03), de autoria da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), serão convidados representantes dos ministérios do Trabalho e Emprego e da Fazenda; do Banco do Brasil, e dos bancos da Amazônia e do Nordeste, que já atuam no repasse de recursos para cooperativas de crédito.

Bancos cooperativos

O relator da proposta, Osmar Dias (PDT-PR), disse que ele próprio tinha a intenção de apresentar proposição com a finalidade de garantir às cooperativas de crédito o acesso aos recursos do FAT destinados a operações na área rural.

– Temos de considerar que os bancos cooperativos são autorizados pelo governo, estão funcionando em todo o Brasil e financiam o pequeno agricultor que não tem acesso aos bancos comerciais – assinalou.

Serys afirma, ao justificar a proposta, que não há sentido no fato de os produtores cooperativados terem de buscar recursos exclusivamente em bancos oficiais quando possuem instituição financeira própria.

Segundo ela, não há mais espaço para “reservas de mercado, ainda mais quando isso não se traduz em benefício aos clientes, pois a intermediação dos bancos oficiais encarece o crédito”.

A senadora lembrou também que a presença dos bancos oficiais nos municípios ainda é reduzida.

Por sua vez, Jucá destacou a importância da proposta, mas argumentou que, na hipótese da aplicação dos recursos do FAT via cooperativas, há necessidade de debater a questão das garantias. Isso porque, observou, a legislação não prevê a possibilidade de falência para essas instituições.

Ministro da Defesa, comandante da Aeronáutica e presidentes da Infraero, da Anac e do sindicato dos controladores serão convidados para audiência pública

Comissão debaterá crise aérea com autoridades

A crise do setor aéreo brasileiro será debatida em audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Requerimento nesse sentido, apresentado pelo presidente da comissão, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), foi aprovado ontem pela CRE, que poderá examinar o tema em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Deverão ser convidados a participar da audiência, de acordo com o requerimento, o comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-do-ar Juniti Saito; o presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero),



Integrantes da comissão acolhem proposta de audiência formulada por Heráclito Fortes (E), além de dois projetos

tenente-brigadeiro José Carlos Pereira; e o presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Vôo, Jorge Botelho. Por iniciativa dos senadores César Borges (DEM-BA) e Eduardo Suplicy (PT-SP), respectivamente,

serão ainda convidados o ministro da Defesa, Waldir Pires, e o diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Milton Zuanazzi.

César Borges lembrou, durante a reunião, que a CMA já havia

aprovado requerimentos para realização de audiência pública sobre o mesmo assunto. Ele sugeriu, então, um debate conjunto. A proposta foi aceita por Heráclito, que ressaltou, contudo, o “papel preponderante” da CRE na dis-

cussão do tema.

Segurança

Em decisão terminativa, a comissão aprovou o Projeto de Lei do Senado 301/04, do então senador Rodolpho Tourinho, que torna obrigatório o uso de colete salva-vidas em helicópteros, durante viagens sobre “grandes extensões de água”. O relator ad hoc foi o senador Eduardo Azevedo (PSDB-MG).

Também foi acolhido o parecer favorável da CRE ao Projeto de Resolução 13/07, do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Venezuela. A matéria teve como relatora a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

César Borges



Exemplo de negligência com a coisa pública

Em discurso no Plenário, César Borges criticou ontem o “modo PT de governar”, citando a condução da crise aérea pelo presidente Lula como exemplo de negligência com a coisa pública.

Para o senador, é demonstração de “grave crise institucional e militar” o fato de o presidente não saber como se posicionar: ora responde às demandas dos controladores de vôo, ora tenta conter os militares da Força Aérea, que se sentiram desautorizados quando o governo se negou a punir os amotinados.

César Borges exigiu ainda providências do governo de seu estado, comandado pelo petista Jaques Wagner, para dois “crimes insolúveis”: o primeiro deles, o assassinato do funcionário público Neilton Souto da Silveira, da Secretaria de Saúde de Salvador, estaria sendo investigado há três meses sem resultados; o segundo é o crime ambiental que causou grande mortandade de peixes na Baía de Todos os Santos.

Gilvam Borges



Pedido de exoneração de Waldir Pires

A sugestão de que o presidente Lula exonere imediatamente o ministro da Defesa, Waldir Pires, por “negligência e irresponsabilidade” foi feita por Gilvam Borges (PMDB-AP). O senador culpou o ministro pela má condução da crise na aviação.

Segundo o parlamentar, Waldir Pires fez Lula “passar vergonha nos Estados Unidos”, para onde se dirigia para um encontro com George W. Bush.

– Surpreso, o presidente Lula telefonou em pleno vôo para cobrar uma solução rápida, ele não tinha outra opção – defendeu o senador, explicando a razão de o governo ter fechado um acordo de emergência com os controladores.

Em aparte, a líder do PT, Ideli Salvatti (SC), defendeu Lula, que, conforme afirmou, “está corretíssimo” ao determinar à Aeronáutica a busca de uma solução e a manutenção da legalidade e da hierarquia, ao mesmo tempo que “sinaliza com a volta da normalidade”.

Tasso Jereissati



Nomeação de pessoas sem competência

Ao falar em nome da liderança do PSDB, Tasso Jereissati (CE) disse que a crise no tráfego aéreo deixa à mostra a incompetência administrativa do governo Lula. O senador criticou o loteamento dos cargos entre políticos da base do governo.

– O presidente está nomeando pessoas sem competência e vocação para Agência Nacional de Aviação Civil [Anac] e para a Infraero, além de outros órgãos e ministérios, o que poderá significar a destruição da administração do país – acusou Jereissati.

O parlamentar também reclamou da falta de autoridade do presidente Lula, que em dezembro exigiu soluções para o apagão, sem que fosse atendido. As críticas foram endossadas, em apartes, por vários senadores. Já Eduardo Suplicy destacou que os parlamentares do PT teriam um encontro com Lula na noite de ontem para tratar do apagão. Suplicy prometeu repassar aos senadores as informações que fossem prestadas pelo presidente.

Lúcia Vânia



Faltam autoridade e habilidade ao presidente

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) declarou ontem que o presidente Lula, “apesar da dimensão alcançada pelo problema, não tem sabido administrá-lo com a autoridade e a habilidade que seu cargo exige”.

– Essa crise, que se iniciou há cerca de seis meses com a queda do avião da Gol, assumiu, desde a última sexta-feira, um caráter institucional que precisa ser analisado pelo Senado – argumentou. Lúcia Vânia disse que Lula – que desautorizou a Aeronáutica a prender os controladores militares que se amotinaram – teria, assim, ignorado “dois pilares das Forças Armadas: a hierarquia e a disciplina”.

A senadora alertou ainda para o fato de o sindicato dos controladores civis ter decidido entrar “em estado de greve”, podendo suspender as atividades.

Em apartes, Epitácio Cafeteira (PTB-MA) frisou que Lula “tomou a medida que tinha de tomar”, já Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou a atuação do presidente.

Marconi Perillo



Senado tem o dever moral de propor CPI

“O apagão não é só aéreo, é moral. A Infraero está podre, basta ler os últimos relatórios das auditorias feitas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).” Depois de fazer essa constatação, Marconi Perillo (PSDB-GO) defendeu a instalação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar denúncias de irregularidades que teriam sido cometidas no âmbito da estatal.

Marconi apelou ao presidente Lula para que oriente os senadores da base do governo a apoiarem a CPI. Além de investigar a averiguação de supostas irregularidades que teriam ocorrido no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit).

– Governo que não deve não teme. Pairam sobre a Infraero suspeitas gravíssimas de corrupção, apontadas por meio de auditorias do TCU. O Senado tem o dever cívico e moral, de forma suprapartidária, de propor essa CPI com a assinatura de todos os senadores.

Marcelo Crivella



Crivella/27mar2006

Presidente Lula mostra bom senso na condução da crise

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) parabenizou ontem, em Plenário, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo equilíbrio com que conduziu o acirramento da crise no setor aéreo, agravada pela greve dos controladores de voo militares. Crivella afirmou que o apagão aéreo será superado da mesma forma como foi o apagão energético em 2001.

– Muito se falou hoje na crise do setor aéreo. Entendo a preocupação da oposição, mas quero parabenizar o presidente da República, que agiu com bom senso quando foi surpreendido, no exterior, por uma greve ilegal – ressaltou.

O senador fez um mea-culpa sobre a responsabilidade que caberia ao Congresso, pelo fato de não ter sido regulamentada a greve de setores essenciais após a promulgação da Constituição. Ele assinalou a ilegalidade da greve dos controladores de voo, por sua condição de militares.

Renan Calheiros



Correio/Agência

Direitos dos passageiros devem ser respeitados

Em entrevista à imprensa, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem que é preciso garantir os direitos dos usuários do transporte aéreo. Na opinião do senador, os interesses dos passageiros devem ser colocados em primeiro lugar nas decisões referentes à crise da aviação civil brasileira.

Renan considerou inexplicável o fato de os direitos dos usuários de serviços aéreos continuarem a ser desrespeitados, bem como a manutenção da precariedade dos serviços, o que vem causando constrangimentos e afetando a vida dos passageiros.

– Mais do que nunca, é preciso prestar atenção aos direitos dos usuários, que precisam ser defendidos – ressaltou.

Renan fez ainda um apelo aos líderes oposicionistas no Senado visando ao estabelecimento de acordo que permita a apreciação de sete medidas provisórias que trancam a pauta da Casa.

que, enquanto não for instalada no Congresso a CPI do Apagão Aéreo, a oposição iria permanecer em obstrução.

– O clima é muito tenso e a sociedade está indignada com as omissões do governo, enquanto se assiste a esses espetáculos tristes de pugilato nos aeroportos – descreveu o parlamentar.

Agripino criticou o governo pela falta de solução para a crise aérea e pediu a Tião Viana que buscasse um entendimento com “os órgãos responsáveis pela atuação do governo junto ao Congresso” para a instalação da comissão parlamentar de inquérito.

– A oposição quer ajudar. O caminho mais rápido é a instalação da CPI – disse o senador, que recordou o posicionamento favorável do ministro do Supremo Tribunal Federal Celso de Mello. Em aparte, Heráclito Fortes (DEM-PI) reforçou as palavras do líder.

Senado é o órgão brasileiro credenciado para sugerir à ONU uma taxaçoão sobre importações visando combater o efeito estufa, afirma parlamentar

Mercadante propõe fundo para reduzir aquecimento do planeta

Preocupado com projeções negativas sobre o aquecimento global e suas conseqüências nefastas para a Amazônia e para o Brasil, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) anunciou ontem, em Plenário, proposta de sua autoria para a criação de um Fundo Mundial Ambiental, composto por recursos oriundos da taxaçoão de 1% sobre o valor das importações em nível global. Os recursos, estimados por ele em US\$ 100 bilhões anuais, seriam destinados à promoção do desenvolvimento sustentável e ao combate ao efeito estufa no planeta.

Mercadante explicou que a proposição será apresentada por três comissões do Senado – Relações Exteriores e Defesa Nacional

(CRE), Meio Ambiente (CMA) e Assuntos Econômicos (CAE) –, para posterior apreciação da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Mundial do Comércio (OMC). Ele explicou que o Senado é o órgão brasileiro credenciado a sugerir a proposta às nações ricas e desenvolvidas, consideradas os maiores poluidores, uma vez que o país tem cumprido papel importante na redução do desmatamento na Amazônia.

Impacto

A receita do fundo ambiental, de acordo com a proposta, seria gerida e fiscalizada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), com o intuito único de financiar iniciativas para

o meio ambiente. A taxaçoão a que se refere a matéria, esclareceu, incidiria gradualmente sobre produtos com base no impacto ambiental que provocam.

– Os bens ambientalmente limpos poderiam e deveriam ter taxa zero, ao passo que mercadorias cuja produção têm grande impacto no meio ambiente demandariam uma taxa máxima de 1% – explicou.

Ao pedir apoio para a projeto, Mercadante lembrou que o último relatório ambiental das Nações Unidas prevê o desaparecimento das geleiras dos Andes em 15 anos, fenômeno que provocaria a desertificação gradual das regiões Norte e Nordeste, com a extinção da floresta amazônica.



Crivella/Agência

Fernando Collor, entre César Borges (D), Eduardo Azeredo e Mozarildo Cavalcanti (E), ofereceu parecer favorável à proposição

Comissão aprova voto de aplauso a Al Gore

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou requerimento de Mercadante propondo voto de aplauso ao ex-vice-presidente dos Estados Unidos Al Gore, pela realização do documentário Uma verdade inconveniente, que descreve os efeitos do aquecimento global.

O requerimento, que teve como relator Fernando Collor (PTB-AL), recebeu voto contrário de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Ele lembrou uma frase dita por Al Gore em 1989, segundo a qual a Amazônia, “ao contrário do que pensam os brasileiros”, não pertenceria ao Brasil, mas sim a toda a Humanidade.

Na opinião de Collor, Al Gore

pode ser desculpado pelo “deslize” devido a seu grande empenho no combate ao aquecimento global. A proposta recebeu o apoio de Eduardo Suplicy (PT-SP), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Quatro outros requerimentos foram acolhidos pela CRE, três dos quais de autoria de Collor. O primeiro solicita o envio à Casa Civil e aos ministérios da Fazenda e do Planejamento de voto de conclamação em favor da aprovação do relatório do grupo de trabalho criado para analisar a situação das Forças Armadas.

Os dois outros requerimentos do senador alagoano propõem

voto de conclamação ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para que defenda, na ONU, a transformação do Pnuma em agência, com sede no Brasil, e a realização em 2012, no Rio de Janeiro, da 3ª Conferência Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio+20.

O quarto requerimento, apresentado por Mozarildo, solicita envio de convite à embaixadora da Guiana para falar sobre o relacionamento bilateral. A CRE acolheu ainda parecer favorável a projeto de decreto legislativo que aprova o texto dos Termos de Referência e Regras de Procedimento do Grupo Internacional de Estudos de Chumbo e Zinco.



Crivella/Agência

Agripino critica governo por falta de solução para caos nos aeroportos

Agripino: pauta fica obstruída até instalação de CPI

Embora o senador Tião Viana (PT-AC) tenha feito, em Plenário, um apelo para que fossem votados projetos incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), além de itens da reforma política, o líder do Democratas, senador José Agripino Maia (RN), afirmou

Wilson Matos é empossado no lugar do senador Alvaro Dias

O 1º suplente Wilson Matos (PSDB-PR) assumiu ontem uma cadeira no Senado em substituição ao senador Alvaro Dias, que se encontra licenciado para tratamento de saúde. Essa é a primeira vez que Matos assumirá um cargo público. Formado em Matemática

pela Universidade Federal de Santa Catarina e mestre em Educação pela Universidade de Marília (PR), fundou, em 1990, o Centro Universitário de Maringá (PR), o Cesumar, instituição da qual é o reitor, presidindo também o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá.



Wilson Matos ocupa um cargo público pela primeira vez

João Pedro assume a vaga de Alfredo Nascimento no Senado

Empresários, vereadores, professores, lideranças do movimento social, familiares, militantes do Partido dos Trabalhadores e deputados federais da bancada amazonense testemunharam ontem a posse do senador João Pedro (PT-AM) no Senado, em substituição ao

senador Alfredo Nascimento, licenciado para assumir o Ministério dos Transportes. Em seu primeiro discurso, ele defendeu a necessidade de o Brasil conhecer melhor a Amazônia.

O novo senador recebeu apertes de nove senadores lhe desejando boas-vindas.



João Pedro defende a necessidade de o Brasil conhecer a Amazônia

Congresso está deixando Judiciário fazer reforma política, diz Valadares

Senador comenta recentes decisões do Poder Judiciário, como a possível perda de mandato com a troca de partido e a inconstitucionalidade da emenda que dava fim à verticalização



Arthur Virgílio: MP 347 injeta R\$ 5 bilhões do Tesouro na Caixa

Governo não quer discutir medida do PAC, critica Virgílio

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (PSDB-AM), criticou ontem o que considerou ser uma postura contraditória do governo, que, após chamar os governadores para negociar o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), recusa-se, agora, a debater os termos de uma de suas principais medidas provisórias, na Câmara. O parlamentar se referia à MP 347, que, segundo ele, injeta R\$ 5 bilhões do Tesouro na Caixa Econômica Federal para ações de habitação e saneamento.

Para o senador, o governo quer fazer o PAC “à sua imagem e semelhança”. Ele disse que de nada vai adiantar o governo passar “um rolo compressor” quando a emenda for votada na Câmara, pois “no Senado não será possível atropelar quem quer que seja”.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) comentou ontem decisão recente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinando a possível perda de mandato de deputados e vereadores que mudem de partido. De acordo com a decisão, o mandato pertence ao partido e não ao candidato. Na opinião do parlamentar, a verdadeira reforma política está sendo feita pelo Judiciário, à margem do Congresso, e esse é o “grande espanto” que a decisão vem causando no meio político.

– Se há erro e culpa, devem ser atribuídos ao Congresso, que não faz e

nem fez a reforma política tão apregoada – disse Valadares, ao ressaltar, no entanto, que o Senado vem cumprindo seu papel, já tendo enviado à Câmara há mais de cinco anos projetos de lei referentes à reforma política.

O senador lembrou outras decisões do Judiciário que se enquadram no âmbito da reforma política: a verticalização das eleições presidenciais em 2002; a regulamentação do número de vereadores nas eleições de 2004; determinação da inconstitucionalidade da emenda que dava fim à verticalização; e também



Valadares: “Congresso não faz a reforma política tão apregoada”

determinações sobre a cláusula de barreira.

A reforma política, afirmou Valadares, objetiva resgatar a imagem dos representantes do povo e dar maior credibilidade ao Con-

gresso. Em sua avaliação, essa foi também a motivação do TSE na decisão sobre a possível perda de mandato com a troca de partido.

Para Valadares, a decisão do tribunal veio em resposta a um “quadro insustentável” em que muitas vezes a representação parlamentar eleita pela sociedade é desfigurada pela troca de partidos antes mesmo de os novos parlamentares serem empossados. Mas ele apontou um problema na decisão do TSE, uma vez que não há norma jurídica que determine a perda de mandato diante da troca ou desfiliação partidária.

Paim divulga critérios para suas emendas

Paulo Paim (PT-RS) explicou ontem os critérios que adota para decidir quais municípios gaúchos terão prioridade na destinação de recursos por meio das emendas individuais que apresenta ao Orçamento. Ele disse dar preferência

aos municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), aos que nunca foram beneficiados com emendas e aos que adotam políticas de valorização das minorias.

O senador afirmou que privilegia as prefeituras

que demonstrem um viés de inclusão social ao adotar políticas que beneficiem os mais pobres, os deficientes, idosos, crianças, desempregados, mulheres e que também combatam todo tipo de preconceito e discriminação.



Paulo Paim informa privilegiar municípios que valorizam minorias



Governadora deve abrir hospital de Santarém ao público, diz Flexa

Evento marca abertura de exposição da Petrobras

A exposição da Petrobras Auto-suficiência – Uma caminhada de sucesso foi inaugurada ontem no Salão Negro do Congresso. A mostra pode ser visitada pelo público até 22 de abril, das 9h às 17h.

O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), abriu a exposição afirmando que a Petrobras é “o Brasil

que já deu certo”, e que o evento serve de homenagem à história e aos profissionais da empresa.

Também compareceram à abertura da exposição os diretores da Petrobras Ildo Sauer e Guilherme Estrela, além de representantes do corpo diplomático da Bolívia, Indonésia, Namíbia, Angola, Gabão e Nigéria.

A exposição tem sete ambientes de alta tecnologia e com recursos multimídia que apresentam a história do petróleo no país, desde 1858, ano das primeiras pesquisas para extração. O visitante poderá se aproximar da realidade da empresa experimentando a sensação de caminhar em uma plataforma de extração em alto-mar.

Renan participa de homenagem a Athos Bulcão

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou ontem de homenagem ao artista brasileiro Athos Bulcão ocorrida no gabinete do senador Adelmir Santana (DEM-DF).

Durante o evento, Athos Bulcão doou ao gabinete de Adelmir Santana três painéis de azulejos azuis e amarelos, de sua autoria. Os painéis

fizeram parte da casa de Israel Pinheiro, braço direito do ex-presidente Juscelino Kubitschek na construção de Brasília.

– Queria agradecer a presença aqui no Senado, pelo muito que significa para todos nós, de Athos Bulcão. Queria parabenizar também a iniciativa do senador Adelmir Santana. Que este

gabinete seja dentro da Casa uma amostragem da arte de Brasília, e de seus artistas mais significativos como é o caso de Athos Bulcão – disse Renan.

O presidente do Senado fez ainda uma referência especial ao grande painel de azulejos do artista que une o Salão Azul, do Senado, ao Salão Verde, da Câmara.



Tião Viana destaca modelo de gestão ambiental no Amazonas

Viana elogia preocupação da Petrobras com meio ambiente

Tião Viana (PT-AC) registrou ontem, em Plenário, a impressão positiva de sua visita ao Pólo Petroquímico de Urucu, no Amazonas. De acordo com ele, a Petrobras tem demonstrado visão estratégica, ao aplicar um modelo de gestão ambiental combinado com responsabi-

lidade social. O parlamentar salientou que o estado do Amazonas, em parceria produtiva com a Petrobras, reverteu uma atividade “aparentemente danosa e com graves riscos ao meio ambiente” em uma atividade segura do ponto de vista ambiental.



Sibá: está previsto amplo debate sobre preservação da Amazônia

Sibá ressalta importância da próxima reunião do G-8

Sibá Machado (PT-AC) destacou a importância para a Amazônia da próxima reunião do G-8 (grupo dos oito países mais ricos), no mês de junho, na Alemanha. A reunião, que ele considerou como “uma iniciativa louvável”, aponta para uma ampla discussão sobre a preserva-

ção não só daquela região, mas de todo o planeta. Citando matéria do jornal Valor Econômico de ontem, Sibá ressaltou a preocupação da chanceler alemã, Angela Merkel, com a responsabilidade dos países industrializados no que diz respeito ao aquecimento global.

Agripino: empresa de faxina efetuou cadastro de pesca

José Agripino (DEM-RN) apresentou requerimento de informações pedindo que a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca explique as razões da contratação da empresa de limpeza Conservo para fazer recadastramento de pescadores em todo o país.

O senador explicou que o cadastro foi realizado de maneira insatisfatória, com 38% de erros, o que ele considerou muito grave, uma vez que os pescadores recebem uma espécie de salário-desemprego em época de entressafra. Erros no cadastro podem impedir esse pagamento, disse.

A Conservo, informou Agripino, foi contratada pela secretaria por cerca de R\$ 3 milhões, e é responsável pela limpeza de diversos prédios públicos em Brasília.

Ideli destaca o crescimento da renda média dos pobres no país

Senadora afirma, contudo, que a redução da desigualdade leva muito tempo e exige a adoção de “medidas contundentes” de inclusão social, como a geração de empregos

Ideli Salvatti (PT-SC) citou ontem, em Plenário, dados de um estudo preliminar que registra a queda da desigualdade de renda no Brasil. Embora os números sejam relativos até 2004, disse, uma redução como a verificada na pesquisa “não acontecia nos últimos 30 anos, nem em quantidade, nem em velocidade”. Ela acrescentou que todos os indicadores apontam para a continuidade dessa queda em 2005 e 2006.

A senadora salientou que o crescimento da renda média dos pobres mencionada no estudo é “extremamente elevado, chegando a supe-



Ideli: renda das classes D e E subiu mais do que em muitos países

rar o aumento da renda per capita da grande maioria dos países”.

– Podemos criticar o crescimento pequeno, mas, se pegarmos as faixas das classes D e E, constata-se

que tiveram mais do que o dobro do crescimento da China, que vive servindo de parâmetro para muitas críticas e contundentes cobranças a respeito de uma série de medidas – afirmou.

Ideli observou que o crescimento econômico não é suficiente para acelerar a redução da pobreza no país. Segundo ela, são necessárias “medidas contundentes” de inclusão social.

– O problema é que a redução da pobreza como consequência do crescimento econômico leva muito tempo. É muito longo o prazo para se superar efetivamente a desigualda-

de social. Portanto, se não forem acopladas medidas de geração de emprego, a melhoria nas negociações salariais que temos assistido e os programas de inclusão, não se acelera o crescimento.

Com a apresentação desses dados, Ideli respondeu a discurso de César Borges (DEM-BA), que a antecedeu na tribuna. A senadora informou que o estudo é de autoria de Ricardo Barros, Mirela de Carvalho e Samuel Franco, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e de Rosane Mendonça, da Universidade Federal Fluminense.



Mozarildo justifica voto contra moção de aplauso a Al Gore

Mozarildo volta a alertar para cobiça sobre a Amazônia

“Imaginem se propuséssemos a internacionalização dos lençóis de petróleo ou de algum pedaço da França? Haveria forte e imediata reação. Por que então querem tirar a Amazônia do Brasil?” O alerta, em tom de pergunta, foi feito ontem pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB), cujo estado, Roraima, ocupa uma área de 224,3 mil quilômetros quadrados da Amazônia.

O parlamentar explicou por que, pela manhã, havia votado contra a moção de aplauso ao ex-vice-presidente norte-americano Al Gore, na Comissão de Relações Exteriores. Segundo Mozarildo, em 1989 Al Gore fez a seguinte declaração: “Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós”.

Valter Pereira proporá à CMA que examine tarifas

Ao comemorar a decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de conceder um reajuste inferior ao que a Empresa Energética de Mato Grosso do Sul (Enersul) pretendia para os consumidores do estado, Valter Pereira

(PMDB-MS) anunciou que na próxima reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) proporá que o colegiado examine todas as tarifas públicas do país.

O senador explicou que

teve a idéia após a repercussão causada por pronunciamento que fez na sexta-feira passada, da tribuna do Plenário, denunciando que a Enersul, além de cobrar a tarifa de energia mais cara do país, estava pleiteando um reajuste de 21%.



Valter Pereira afirma que MS paga taxa de energia mais cara do país

Osmar condena uso de verba do FAT no pagamento de dívida rural

Osmar Dias (PDT-PR) alertou para os problemas advindos da aprovação de medidas provisórias sem a devida análise. Segundo afirmou, o Senado aprovou uma MP que trazia embutida a permissão para que dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) fosse utiliza-

do no pagamento de dívidas de produtores rurais.

– Defendo os agricultores, mas o FAT não foi criado para pagar dívida de ninguém. Os recursos do FAT devem financiar empreendimentos no campo e na cidade, além de manter os já instalados, para geração de empregos.



Osmar diz que permissão estava embutida em medida provisória

Ministros podem detalhar à CRA programa de biocombustíveis

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) vota hoje, às 11h, requerimentos de Joaquim Roriz (PMDB-DF) convidando os ministros de Minas e Energia, Silas Rondeau, e de Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, para prestar esclarecimentos sobre o programa de biocom-

bustíveis, com destaque para o etanol.

Na mesma reunião, será apreciado parecer de Leomar Quintanilha (PMDB-TO) favorável a projeto de lei da Câmara dos Deputados (PLC 82/06) que caracteriza o ato cooperativo, visando à isenção de tributos.



Requerimentos de Roriz serão votados hoje pela comissão



Maurício

Entidade cobra acordo salarial firmado no ano passado, informa Magno Malta

Malta apóia reivindicação da Polícia Federal

Magno Malta (PR-ES) manifestou solidariedade à Polícia Federal, que cobra o cumprimento de acordo firmado em 2006 pelo então ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos. O entendimento previa reajuste de 60%, dividido em duas parcelas. No entanto, disse, a segunda parcela, que deveria ter sido quitada em dezembro, não foi paga.

Os servidores pretendiam implantar hoje uma operação-padrão nos aeroportos, mas o senador leu nota em que a categoria informa ter avaliado que a atitude “não seria prudente” neste momento, diante da crise do setor aéreo. Malta cumprimentou a Polícia Federal pela posição adotada.

O parlamentar apoiou aumento do efetivo da PF, ao comentar notícias sobre seqüestros e outros crimes. Malta voltou a defender a redução da maioria penal como parte das medidas necessárias à redução da violência. Para ele, “no mundo do crime não existe faixa etária” e todo cidadão, mesmo menor de idade, que cometer crime hediondo deve estar sujeito às penas da lei.

Senado fará sessão em homenagem aos 47 anos de Brasília

O Plenário aprovou ontem o requerimento de autoria do senador Adelmir Santana (DEM-DF) que solicita a realização de sessão especial, no próximo dia 19, em homenagem aos 47 anos da criação de Brasília, a serem completados no dia 21 de abril. O horário da sessão ainda vai ser definido.

Na justificativa do requerimento, Adelmir Santana destaca que Brasília é fruto do trabalho de legiões de brasileiros, que aceitaram o desafio proposto pelo então presidente Juscelino Kubitschek de tornar realidade o sonho de interiorizar a capital do país.

Durante audiência pública realizada na CE, o ministro da Educação ressalta que o programa do governo para o setor terá meta na qualidade e foco na aprendizagem

Governo quer nova mentalidade para a educação, afirma Haddad

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) é, sobretudo, um plano de gestão nacional, de mudança de mentalidade. Foi o que afirmou ontem o ministro da Educação, Fernando Haddad, durante audiência pública na Comissão de Educação (CE), proposta pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES). Haddad explicou que o PDE está em fase de aperfeiçoamento e disse esperar que até o próximo dia 15 todos os atos normativos do plano estejam prontos para divulgação à sociedade. Para isso, observou, estão sendo analisadas as diversas sugestões encaminhadas por especialistas da área, docentes e pela sociedade em geral.

— São mais de 20 ações, que englobam desde a construção de creches até o atendimento a programas de pós-doutorado — explicou o ministro, a respeito do plano.

Segundo Haddad, no entanto, o que norteia o projeto não são ações isoladas, mas a visão sistêmica da educação em seus diferentes níveis, etapas e modalidades — tudo voltado, segundo ele, para a melhoria da qualidade.

Para a implementação do PDE,

Ministro propõe infovia ligando serviços públicos

Durante a audiência pública realizada ontem na CE, o ministro Fernando Haddad defendeu a construção de uma infovia — rede de informação de alta velocidade que ligaria entidades, como escolas, do Brasil inteiro.

— Penso que deveríamos considerar a hipótese de incluir no PPI [Projeto Piloto de Investimento] recursos para a infovia, que é uma obra de infra-estrutura como as outras — explicou.

Com essa obra, disse, seria possível conectar sistemas públicos como os de saúde, educação e cultura, o que propiciaria melhorias tecnológicas, especialmente para o magistério, e seria importante para a inclusão digital. O ministro defendeu ainda alteração da Lei 9.998/00, que criou o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). Ele explicou que a lei “não acompanhou os avanços tecnológicos e merece ser modificada”.

A proposta de mudança na lei



LindomarCruz

Entre Cristovam (D) e José Henrique Fernandes, Haddad explica programa do governo

do Ministério da Educação (MEC) vai tomar por base os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), uma espécie de radiografia realizada em todas as escolas públicas brasileiras em 2005. O objetivo do ministério é colocar em prática um plano de monitoramento da qualidade de ensino do país até 2021, com metas parciais a cada dois anos.

Com base no Ideb, o MEC já sabe, por exemplo, quais os municípios que registram os piores indicadores de qualidade, assim como aqueles que ostentam os melhores resultados. O ministro

explicou que serão contratados, mediante edital, 80 técnicos de alto nível para compor uma força-tarefa destinada a percorrer as localidades deficitárias e formular planos com ações definidas. Essa contratação será feita em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Já as localidades bem avaliadas conforme o Ideb, disse, terão suas experiências divulgadas para o resto do país.

— É um programa que vai criar uma nova cultura de apoio à educação, com meta na qualidade e foco na aprendizagem — ressaltou.

aos parlamentares que canalizem dinheiro das emendas individuais e de bancada para as creches. Ele destacou que o orçamento do MEC para 2007 é o maior da história da pasta, mas que a qualidade total da educação só vai ser alcançada quando 5% do produto interno bruto for aplicado na educação básica.

— Esse é o patamar recomendando pela Unesco — assinalou.

Em resposta a Wellington Salgado (PMDB-MG), Haddad lembrou da importância dos investimentos em avaliação, ressaltando que a divulgação do desempenho dos alunos e das escolas orienta os usuários e as instituições.

O presidente da CE, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), convidou o ministro para o lançamento de documentário sobre Oscar Niemeyer, no dia 18 próximo, que abrirá as comemorações do centenário do arquiteto, e para o ciclo de debates sobre o PDE, a partir de 24 de abril.

Cristovam defende “cruzada” em favor da qualidade de ensino

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) convidou os parlamentares a participarem do Movimento Educação Já, que vem promovendo caminhadas em diversas cidades do país em defesa da qualidade do ensino. Cristovam ressaltou que a educação é um instrumento capaz de garantir oportunidade igual a todos e de unir os representantes das diversas correntes políticas.

— Queremos um Brasil onde todos tenham a mesma chance. Falta um movimento que grite “Educação Já”, como gritamos “Diretas Já” e “Anistia Já”. Mas há uma diferença: esta Casa, naquele momento, dividiu-se entre os que queriam e os que não queriam as eleições diretas e a anistia. Mas agora, com a Educação, talvez possamos, pela primeira vez, ter uma bandeira que unifique a todos nós — ressaltou, comparando a caminhada em defesa da educação com os movimentos pela redemocratização política do país, ocorridos nos anos 70 e 80.

O lançamento nacional do movimento se deu no dia 24 de março, em Fortaleza. A capital foi a escolhida pelo fato de o Ceará ter sido o primeiro estado brasileiro a decretar a abolição da escravidão, antes de a princesa Isabel assinar a Lei Áurea. No dia 2 último, a caminhada foi realizada em Curitiba. As próximas serão realizadas no município capixaba de Serra (9 de abril), em Belo Horizonte (27 de abril), e em Ouro Preto e Mariana (28 de abril), em Minas Gerais.

Oportunidade

No entender de Cristovam, a violência, o desemprego e a desigualdade social são frutos da falta de oportunidade e poderiam ser combatidos com o aprimoramento da educação. A saída, disse, seria oferecer a mesma qualidade de ensino a ricos e pobres, fazendo com que “a escola da favela” fosse igual à “escola do condomínio”, o que iria representar um “avanço no processo civilizatório do país”.

— A utopia é [imaginar] a mesma chance para todos. E o caminho para isso não é desapropriar indústrias, não é estatizar capital, não é planificar, não é aumentar a intervenção do Estado, como tantos defendiam antes — explicou.

Cristovam também defendeu uma cruzada em favor da valorização do salário mínimo, com o reajuste do benefício vinculado ao crescimento do produto interno bruto (PIB).